

**71º. REUNIÃO ORDINÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO
AMBIENTE - FMPRMA
12 DE DEZEMBRO DE 2024**

1 Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10h, em primeira chamada, realizou-se de forma híbrida (virtual/presencial) a 71ª. Reunião Ordinária do Fundo Municipal de Preservação e
2 Recuperação do Meio Ambiente - FMPRMA, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da
3 Ata da 70ª Reunião Ordinária - biênio 2023/2024; 2 – Processo sobre manejo arbóreo – UME Maria Carmelita; 3
4 – Assuntos Gerais. Participantes Srs. (as). Marcio Paulo (Secretário de Meio Ambiente e Presidente do FMPRMA),
5 Ademar Salgosa (COMDEMA/AEAS), Luciana Schlindwein (COMDEMA/OAB), Vanessa Morressi
6 (COMDEMA/AATS), Marly Cimino (COMDEMA/PRODESAN), Fernando Azevedo (SEMAM). Justificado: Lupércio
7 Teixeira Filho (SEFIN). Convidados Srs. (as): João Cirilo e Marcus Neves (SEMAM). O Presidente agradeceu a
8 participação dos conselheiros presentes. **No item 1**, foi dispensada leitura da ata da 70ª Reunião Ordinária
9 encaminhada previamente por e-mail, sendo aprovada. Na continuidade, o Presidente participou sobre demandas
10 aprovadas pelo fundo no ano de 2024, sendo que algumas não foram realizadas. Participou que em algumas
11 houve redução de custos, o valor da redução foi em torno de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com a
12 realização de eventos (Clean-Up Day de forma pedagógica com a participação de crianças) com custos mais
13 econômicos. Participou ao conselho sobre demandas aprovadas no fundo no valor R\$ 1.011.137,79 (um milhão
14 onze mil cento e trinta e sete reais e setenta e nove centavos) e apontou se estas permanecerão ou se deverão
15 ser cortadas. Inteirou que foi realizada análise de possíveis demandas a serem canceladas, tendo uma economia
16 efetiva de R\$ 601.645,28 (seiscentos e um mil seiscentos e quarenta cinco reais e vinte e oito centavos) dos R\$
17 1.011.137,79 (um milhão onze mil cento e trinta e sete reais e setenta e nove centavos). Apresentou lista das
18 demandas aprovadas para análise dos conselheiros: Item 1. Inventário Arbóreo R\$ 140.000,00 (cento e quarenta
19 mil reais), não realizado até presente data, sendo que este pode ser efetuado no próximo ano. Item 2. manutenção
20 de ecobarreiras (trocas) R\$ 74.783,00 (setenta e quatro mil setecentos e oitenta e três reais), participou que
21 gostaria que essa fosse mantida. Item 3. Despesas: educação ambiental, saldo restante de R\$ 4.394,90 (quatro
22 mil, trezentos e noventa e quatro reais e noventa centavos). Item 4. licenciamento e fiscalização, saldo de R\$
23 2.571,98 (dois mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos), realizada através de outro trâmite.
24 Item 5. filiação ao ICLEI aprovado uma reserva de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no entanto o custo real foi de
25 menos de R\$ 1.000,00 (mil reais). Item 6. Projeto Vila Criativa/Retalhos, encerrado em virtude do falecimento da
26 Sra. Neia responsável pelo projeto, com saldo de R\$ 46.487,60 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete
27 reais e sessenta centavos), sendo que esta verba será revertida ao fundo. Item 7. Projeto Nascentes foi realizado,
28 restando saldo no valor de R\$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais). Item 8. Comunicação Praia Limpa
29 realizado a custo zero, valor aprovado R\$ 6.150,00 (seis mil cento e cinquenta reais), valor revertido ao fundo.
30 Item 9. Projeto Piloto Barreiras Ecológicas foi feito por R\$ 889,20 (oitocentos e oitenta e nove reais e vinte
31 centavos), restando um saldo de R\$ 10.610,80 (dez mil seiscentos e dez reais e oitenta centavos) revertido ao
32 fundo. Item 10. Envelopamento de veículo Sprinter para projeto Aqua, realizado sendo seu valor R\$ 22.000,00
33 (vinte e dois mil reais). Item 11. Aquisição de televisão para a sessão de licenciamento ambiental, valor R\$
34 R\$6.000,00 (seis mil reais), não realizado. Item 12. Projeto Beco Limpo R\$ 57.752,00 (cinquenta e sete mil,
35 setecentos e cinquenta e dois reais), verba destinada pelo Ministério Público Federal. Item 13. Dia da Água
36 (22/03/2024) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), realizada a custo zero com a participação da educação ambiental
37 da SEMAM. Item 14. Projeto Desafio Nascentes R\$ 50.000,00, devido ao curto espaço de tempo entre a aprovação
38 e a abertura do processo, não foi possível realizar a licitação para a realização deste, conforme a nova Lei de
39 licitações, sendo o mesmo cancelado. Item 15. Programação para a Semana do Meio Ambiente e Festival Santos
40 Pelo Oceano orçados em R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), não realizado conforme deliberado em
41 reunião de conselho devido ao curto espaço de tempo entre a aprovação do mesmo e a abertura do processo
42 licitatório conforme nova Lei de Licitações. Item 16. Clean-Up Day e Dia da Árvore R\$ 160.000,00 (cento e sessenta
43 mil reais), realizado sem custo e a verba retornada ao fundo. Item 17. Programa Detecta R\$ 100.000,00 (cem mil
44 reais), está sendo realizado, sendo um grande acompanhamento das ações da Sabesp. Item 18. Projeto Árvore
45 Líquida R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), ainda não realizado devido a encaminhamento de especificações
46 do mesmo. O Presidente reforçou que a economia da lista de demandas apresentas ao conselho, para análise e
47 posterior aprovação, é de R\$ 601.645,28 (seiscentos e um mil seiscentos e quarenta cinco reais e vinte e oito
48 centavos). Informou que foi apresentado ao fundo, porém não deliberado, dois processos: Associação Comunidade
49 Mãos Dadas (Surf Limpeza), no valor de R\$ 113.240,00 (cento e treze mil duzentos e quarenta reais), disse que a
50 verba será repassada a partir de 02 de janeiro com o fim do período eleitoral; Projeto do Instituto Nova Maré
51 (Enrede) sendo utilizada barreiras flutuantes e custeada pelo pacto global da ONU, com contrapartida R\$
52 47.175,00 (quarenta e sete mil, cento e setenta e cinco reais). Sr. Marcus explanou que o Enrede é um trabalho
53 desenvolvido junto à comunidade do Jardim São Manuel, sendo o 1º projeto do pacto global da ONU com barreiras
54

55 flutuantes no Brasil. Explicou que a barreira tem 80 metros e é monitorada pelo Enrede em conjunto com a
56 comunidade do São Manuel, objetivando quantificar e qualificar os resíduos do Estuário que chegam no mar. Este
57 trabalho está sendo desenvolvido há 12 meses, o valor do projeto é R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo
58 que o Pacto Global e a UNESCO/Blue Keepers entrarão com recurso de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta
59 mil reais), tendo a participação de empresas parceiras: Braskem, Coca-Cola e General Motors (Pacto Global),
60 sendo a exigência de uma contrapartida do município de R\$ 47.175,00 (quarenta e sete mil, cento e setenta e
61 cinco reais), através do PA 032427/2024-72. O Presidente solicitou a deliberação deste valor aos conselheiros
62 presentes para realização do mencionado projeto. A Sra. Luciana solicitou melhor entendimento de tudo que foi
63 mencionado como economia para o fundo, pois foi falado de uma forma dinâmica e as informações não foram
64 encaminhados anteriormente aos conselheiros. O Presidente informou que essa informação foi recebida na parte
65 da manhã de hoje. Sra. Luciana disse que gostaria de entender essa questão da volta do valor informado de R\$
66 1.011.137,79 (um milhão onze mil cento e trinta e sete reais e setenta e nove centavos) e perguntou quais projetos
67 que não foram feitos. O Presidente respondeu que o Clean-Up Day foi feito, mas a custo zero; Projeto Semana do
68 Meio Ambiente e Festival Santos pelo Oceano, foram feitos a um custo de menos de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
69 A Sra. Luciana questionou se os projetos foram feitos na maneira como foram programados ou se mudou algo. O
70 Sr. Marcus respondeu que foram feitos dentro do cronograma previsto só que de uma forma menor e pontual,
71 permitindo que utilizados recursos da própria SEMAM (mão de obra), sendo efetivamente realizado. Exemplificou
72 que o Clean-Up Day, foi realizado exatamente no dia Mundial de Limpeza de Rios e Praia, ao invés de uma
73 semana. O Presidente informou que foi feito um trabalho de educação ambiental com crianças, em parceria com
74 a SEDUC. A Sra. Luciana disse que a pergunta dela é que quando foi aprovado foi no formato do ideal. E quer
75 saber como foi a decisão de não fazer o que foi programado. O Presidente participou que devido ao pouco tempo
76 para fazer a licitação entre a data das aprovações e as aberturas de processos foi necessário realizar os eventos
77 de forma a adesão de ATAS de Registros de preços já abertas por outras Secretarias e, com isso os projetos foram
78 realizados mas com custeios diferenciados e menores. Inteirou que não é necessário ter um custo alto para
79 execução de projetos. A Sra. Luciana perguntou se houve votação sobre essa questão. O Presidente informou que
80 não se recorda da votação, pois quando assumiu a SEMAM fez uma auditoria das despesas. A Sra. Luciana
81 perguntou se foi uma auditoria individual. O Presidente respondeu que sim. A Sra. Luciana mencionou que os
82 projetos que foram aprovados como idealizados, além desses, qual mais não foi aprovado. O Presidente
83 respondeu que o Projeto Desafio Nascentes, referia-se a uma corrida nos 09 municípios da Região Metropolitana
84 (Baixada Santista), com custo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no entanto esse custo seria apenas para a
85 cidade de Santos, não sendo dividido com mais nenhuma cidade da região Metropolitana da Baixada Santista.
86 Fato este, o evento não foi realizado. A Sra. Luciana ressaltou que foram aprovações realizadas em conjunto nas
87 reuniões e que estranhou que tudo isso também foi pautado no COMDEMA e deliberado em conjunto no FMPRMA.
88 Salientou então que a maioria das coisas foram depois revistas e não feitas da forma idealizada. O Presidente
89 respondeu que não teriam tempo hábil para licitar, a nova Lei de Licitações que entrou em vigência leva em torno
90 de seis meses para que o processo licitatório seja levado a termo e, que não se aceita dispensa de licitação da
91 forma como era conduzida anteriormente pela legislação passada. A Sra. Luciana pontuou que não havia como
92 rever a auditoria, pois o recurso foi revertido novamente ao fundo. Esta perguntou se existe a possibilidade do
93 recurso que sobrou ser revertido para outra Secretaria ou servir como outra despesa da cidade. O Presidente e o
94 Sr. Marcus responderam que o recurso é retido no FMPRMA. A Sra. Luciana disse que entendeu que o recurso
95 ficou retido no fundo mesmo que não tenha sido feito o que foi programado. Perguntou onde será utilizado esse
96 recurso. O Presidente respondeu que será utilizado em 2025. A Sra. Luciana ressaltou que com esse tipo de
97 pensamento, como serão revertido o recurso para eventos que tenham mais visibilidade. O Presidente salientou
98 que haverá investimento, no entanto precisa seguir um cronograma de tempo e prazo para licitações. A Sra.
99 Luciana explicou que o grupo (conselheiros) do FMPRMA é atuante e que entenderam que os projetos eram
100 significativos. E que seguindo essa linha de raciocínio, a partir de agora há o risco de se trabalhar o ano todo,
101 inclusive com a aprovação de projetos, e esses não serem efetuados. O Sr. Marcus respondeu que o Desafio
102 Nascentes foi um caso pontual, e que na época a proposta era dispensa por licitação. No entanto, após consulta
103 pela PROJUR, era inviável, sendo apenas possível se houvesse ata de registro de preço aberta para a realização
104 deste evento. Como não havia ata aberta, era necessário fazer a licitação. O Presidente informou que todos os
105 projetos mencionados, com exceção da Vila Criativa/Retalhos, teriam que ter passado por licitação, sendo que
106 não houve tempo hábil para essa. A Sra. Luciana disse que entendeu, porém inteirou que os conselheiros só
107 aprovaram os projetos porque acreditavam que tinham alcance. E disse que quer entender de que forma será
108 levada essa economia. Pois, na hora da deliberação não houve economia. Inteirou que escutou nessa reunião
109 sobre minimização dos projetos devido a questões econômicas. Participou que a maior parte das questões
110 relacionadas ao fundo é voltada para comunicação para educação. Mencionou que as deliberações foram feitas
111 também para o Terceiro Setor pelo fato de a Secretaria não poder efetuar atendimento. Reiterou novamente que
112 quer entender se estão economizando a custo de não fazer aquilo que foi idealizado e aprovado. Salientou que o

113 argumento dos projetos serem dispendiosos não poderiam ser considerados, pois já tinham sido deliberados pelos
114 membros do fundo. O Sr. Marcus ressaltou novamente a questão da PROJUR e o fato de as atas de registro não
115 estarem abertas, tornando inviável o tempo hábil para efetuar licitação. A Sra. Luciana pontuou que a auditoria nas
116 contas foi feita sem a anuência dos conselheiros, e questionou se daqui para frente será dessa forma. O Presidente
117 inteirou que os projetos poderiam ser apresentados de outra maneira, pois quando se idealiza um projeto de
118 educação ambiental esse deve ser redirecionado aonde há o melhor retorno. Disse que o público alvo para
119 educação ambiental são as crianças. Salientou que anteriormente não fazia parte do conselho e que passou a
120 conhecer estes após ser nomeado como Secretário e participou que os projetos que não foram realizados,
121 reiterando que foi por falta de tempo hábil para processo licitatório. A Sra. Luciana disse que a deliberação dos
122 projetos foi feita mediante a aprovação do conselho e conforme a fala do Secretário, a auditoria foi feita apenas
123 por este como Presidente do fundo. Disse que a parte da licitação foi entendida. Esta voltou a questionar sobre a
124 auditoria sendo que no entendimento do Presidente, não há necessidade de fazer da forma como os conselheiros
125 entendem. Perguntou sobre o futuro do fundo, se o grupo vai decidir que entende que esse alcance ambiental e
126 social é necessário para a sociedade, sendo esse um dos principais papéis da Secretaria de Meio Ambiente.
127 Inteirou que para que seja feita deliberações, tem que haver entendimento no grupo todo. O Presidente reiterou
128 que devido a nova lei licitação, as deliberações tem que ser feitas com mais de seis meses de antecedência. O Sr.
129 Marcus explicou que a auditoria realizada pelo Presidente é uma análise feita a partir da recusa da Procuradoria
130 Jurídica. E que as deliberações aprovadas pelos conselheiros serão sempre respeitadas. No entanto, na época, a
131 proposta era fazer sem licitação ou com dispensa da mesma, o que legalmente não é possível. A Sra. Luciana
132 informou que quanto as licitações, está totalmente esclarecida. No entanto, disse novamente que não é sobre essa
133 questão que está falando e que já entendeu o que está acontecendo. O Sr. Ademar compartilhou o estranhamento
134 apontado pela Sra. Luciana, sendo que o que ocorreu foi uma grande quebra de regra quanto as aprovações, pois
135 a auditoria foi de forma pessoal sem aviso aos conselheiros. E que esse assunto não foi pautado para a reunião
136 de hoje. Disse que deveria ser enviado uma apresentação aos conselheiros dos projetos relacionados (realizados
137 e não realizados) e também ser encaminhados a cópia da justificativa da Procuradoria dos eventos que deveriam
138 ser licitados. Expôs que a questão da licitação foi explicada, no entanto o assunto não foi bem conduzido. O
139 Presidente respondeu que essa decisão precisou ser tomada, sendo feito o melhor possível para que os eventos
140 ocorressem e que a reversão do recurso do fundo seria para outros projetos efetivos. Disse que, em sua visão, os
141 projetos devem beneficiar a comunidade e não custear a Entidade Social. O Sr. Ademar perguntou se os projetos
142 forem de educação ambiental, o maior custo será de mão de obra. Ressaltou que os projetos foram deliberados
143 em consenso pelos conselheiros, fato este, a decisão deveria ser respeitada. O Presidente respondeu que os
144 processos estão disponíveis para análise dos conselheiros a qualquer momento já inclusive os pareceres da
145 Procuradoria. Inteirou que os retornos não foram dados pois o prazo já havia vencido. A Sra. Vanessa compartilhou
146 da opinião da Sra. Luciana e do Sr. Ademar. Disse que a transparência é importante, e que se uma prestação de
147 contas ou algo que é mudado no meio do caminho, os conselheiros precisam ser informados e cientes do ocorrido,
148 pois todos são responsáveis. A Sra. Marly completou sobre a importância de serem informados. A Sra. Luciana
149 questionou colocação sobre projetos que o Presidente (realizados e não realizados) que foram aprovados pelo
150 conselho, e perguntou se eles serão novamente apresentados ao fundo. E perguntou se haverá filtro nesses
151 projetos por parte da presidência. Informou que dependendo do que a Procuradoria apontou, poderia ter havido a
152 possibilidade de contraproposta pelos conselheiros e está não ocorreu pelo fato do conselho não ter sido
153 informado. Ressaltou que conforme falado pelo Presidente, ele se comprometeu a trazer tudo ao fundo e quem
154 decide é o grupo. O Presidente respondeu que obrigatoriamente é necessário levar/apresentar ao fundo para que
155 haja deliberações, independente de quem seja o secretário da pasta. A Sra. Luciana solicitou que conste em ata a
156 questão da não previsão de encaminhamento do remanescente para outra Secretaria/Prefeitura. O Presidente
157 disse que é a preocupação da Sra. Luciana é justificada devido ao ocorrido no período da pandemia. A Sra. Luciana
158 respondeu que não, e sua preocupação tem a ver com o desfazimento do que foi feito sem aviso, e sem chance
159 de revisão em referência ao apresentado na reunião de hoje. O Sr. Marcus disse que no que tange os valores
160 saírem do fundo para outro destino isso não tem como ocorrer, a não ser em casos emergenciais como a pandemia.
161 O Presidente participou que nunca deixou de pautar projetos devido a interesse pessoal. Informou que os
162 processos que não foram liberados estão à disposição dos conselheiros na SEMAM. Ressaltou que a
163 transparência sempre foi total. O Sr. Fernando colocou que os eventos foram deliberados no mês de fevereiro com
164 previsão para acontecer no início de junho/2024 e que a decisão de fazer 04 eventos sem licitação era inviável,
165 pois foram deliberados R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) em eventos. Inteirou que o limite para
166 dispensa de licitação, ainda vigente, é em torno de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo um dos pontos onde a
167 Procuradoria rebateu. E que hoje, uma licitação minimamente na Prefeitura leva em torno de 04 meses. O Sr.
168 Ademar apontou que os projetos foram deliberados em fevereiro/2024, porém só ficaram sabendo da auditoria em
169 dezembro/2024. O Presidente disse que compreende a delicadeza da situação junto ao conselho. Sendo que
170 também tem noção da real necessidade de entregar o melhor para a sociedade, no entanto é preciso que seja

171 elaborada uma programação correta com apresentação de projetos sólidos. A Sra. Luciana perguntou porque não
172 houve a realização do inventário arbóreo. O Sr. João respondeu que foram apresentados 03 orçamentos muito
173 acima dos valores. E que foi pensado como solução que a própria SEMAM o fizesse através da contratação de
174 estagiários, mas na época não foi possível fazer essa contratação. Ficou decidido que o inventário arbóreo será
175 realizado em 2025, no entanto não se recorda se essa informação foi passada aos conselheiros. Informou que em
176 novembro realizou uma prévia no bairro da Pompeia (cidade de Santos) do inventário arbóreo, na qual a equipe
177 foi formada por 05 estagiários da SEMAM. Em um mês, conseguiu mapear o bairro todo, assim tendo uma projeção
178 de tempo e custo. Disse que desta forma, o projeto conseguiria andar o ano todo, podendo utilizar de melhor forma
179 o recurso deliberado no fundo, sendo não mais necessário fazer licitação, na qual o valor é 03 vezes maior.
180 Participou que a deliberação de 2024 seja realizada em 2025 com a contratação de estagiários, alavancando um
181 mapeamento maior pois já há bairros listados. A Sra. Luciana perguntou porque o projeto Vila Criativa (Neia) na
182 qual não houve continuidade e se foi oferecido a alguém. O Presidente respondeu que com o falecimento desta,
183 ninguém quis conduzir. O Sr. Marcus informou que sim, foi oferecido, mas devido ao não aceite da condução deste,
184 não houve continuidade. A Sra. Luciana perguntou se fosse apresentado ao COMDEMA, talvez outra iniciativa
185 conseguisse levar adiante. O Presidente respondeu que fez menção no COMDEMA, perguntando aos conselheiros
186 se tinham conhecimento de alguém para assumir o projeto, porém sem resposta. A Sra. Luciana pontuou sobre a
187 possibilidade de fazer alguma publicação. O Presidente respondeu que sim. O Sr. Marcus informou que a Ecofábrica
188 (ZN) possui curso de moda e que haviam planos de trabalhar com a Vila Criativa em conjunto com a Ecofábrica,
189 porém essa conseguiu verba de 02 empresas portuárias para a continuidade dos seguintes cursos: moda
190 sustentável, pedreiro, jardineiro, marceneiro e serralheiro. A Sra. Luciana disse que a absorção da Vila Criativa
191 pela Ecofábrica seria interessante. O Sr. Marcus concordou, mas por conta da verba e do curso em andamento,
192 não houve sentido para essa absorção. Participou que a Ecofábrica não consegue receber as 25 máquinas. A Sra.
193 Luciana falou para pautarem isso, pois conhece organizações que podem ter interesse nas máquinas. O
194 Presidente respondeu que as máquinas estão sobre guarda da SEECTUR, e para que essas sejam
195 disponibilizadas, é necessário ter-se o conhecimento de quem é o proprietário das mesmas. A Sra. Luciana
196 levantou novamente a questão dos projetos das Nascentes. O Presidente respondeu que não foi cancelado e sim
197 realizado, sendo deliberado pelo conselho o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e que sobrou um saldo
198 de R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais). O Sr. Fernando informou que enviará relatório aos conselheiros.
199 A Sra. Luciana perguntou se hoje haverá deliberação. O Presidente informou que haverá deliberação para a
200 realização do projeto do Instituto Nova Maré, uma ação feita pelo Pacto Global, o valor da contrapartida pelo
201 município é de R\$ 47.175,00 (quarenta e sete mil, cento e setenta e cinco reais). Posta em votação, foi aprovada
202 em unanimidade pelos conselheiros presentes. A Sra. Luciana solicitou que constasse em ata a necessidade do
203 recebimento de todas as informações relacionadas ao projeto do Instituto Nova Maré e planilha de custo. O
204 Presidente informou que os conselheiros serão comunicados através da SEACON quando poderão dar vistas aos
205 processos dos projetos aprovados pelo fundo e passaram pela análise da Procuradoria conforme mencionado
206 nessa reunião. O Sr. Ademar apontou se não seria possível fazer breve resumo da situação de cada um dos
207 projetos (interrompidos e o motivo). O Sr. João disse da importância de dar continuidade a aprovação do inventário
208 arbóreo na cidade e que gostaria que fosse aprovado para 2025. **No item 2**, o Sr. João informou sobre processo
209 administrativo iniciado em 2020 na unidade educacional UME Professora Maria Carmelita Proost Villaça. Na qual,
210 uma empresa ganhou a licitação para a realização do serviço de poda, e a SEMAM autorizou que o serviço fosse
211 feito. No entanto, ao início do serviço, houve denuncia de poda drástica e a SEMAM foi acionada, enviando equipe
212 que fez relatório e autuou a empresa no valor de R\$ 3.329,00 (três mil, trezentos e vinte e nove reais), cancelando
213 a autorização dada a empresa até a apresentação de todas as justificativas para aquele procedimento de poda.
214 Inteirou que a gestão do contrato era de competência da SEDUC e SESERP e que essas fizeram relatório, não
215 sendo aceito pela SEMAM por não haver embasamento suficiente. Participou que nos meses seguintes, resolvidas
216 e definidas os procedimentos, foi autorizado a continuidade da poda. Deste período até hoje, a SEMAM tem
217 acompanhado as árvores que foram podadas drasticamente e dessas árvores, 01 veio ter senescência. Explicou
218 que a multa aplicada na empresa, foi revertida ao FMPRMA. Esclareceu que a árvore que veio a senescência, não
219 pôde ser compensada, mesmo sendo multada e que de acordo com a lei nº973/2017, a cada remoção ou
220 senescência de espécie arbóreo, há compensação de 10 em seu lugar. Fato este, a SEMAM entrou no Ministério
221 Público para solicitar que a empresa fosse obrigada a fazer o plantio. A empresa realizou o plantio das 10 árvores
222 e efetuou relatório destas. Solicitou que a multa aplicada (R\$ 3.329,00 (três mil, trezentos e vinte e nove reais)) na
223 empresa e revertida ao fundo, fosse direcionada para a plantação de 10 à 15 árvores. E pediu aos conselheiros
224 que deliberassem esse valor para o plantio. O Presidente abriu para deliberação sobre plantio de árvores, sendo
225 esta aprovada por todos os conselheiros presentes. Este comentou sobre consórcio com fomento alemão (parceria
226 com a GIZ) em área do Monte Serrat que será feita através da Projeto de Adaptação Baseada em Ecossistema
227 (AbE) em janeiro/2025. O Sr. Marcus complementou que para essa compensação foram compradas entre 200 a
228 300 unidades, entre árvores e arbustos. O Presidente informou sobre plantio de 55 espécies da Mata Atlântica no

Parque dos Mangues e convidou os conselheiros para participarem. O Presidente apresentou demanda sobre manutenção de 45 computadores da SEMAM, para compra (de HD tipo SSD e memória) valor R\$ 41.500,00 (quarenta e um mil, quinhentos reais). A Sra. Luciana perguntou em qual orçamento esse valor se encontra. Sr. Fernando respondeu que foi usado o painel de preços do Portal Nacional de Contas Públicas, que reúne as licitações feitas por outros municípios, estados e governo federal. A Sra. Luciana perguntou se aborda compra de computadores. O Sr. Fernando disse que não. A Sra. Luciana falou que a SEMAM tem que estar bem equipada e é interessante orçar tanto para recuperação ou compra de computadores. A Sra. Luciana explicou que precisam aprovar, e o que é aprovado seria como uma reserva, e que não se pode esquecer de efetuar a apresentação da prestação de contas das compras efetivas aos conselheiros. Posta em votação, a demanda foi aprovada pelos conselheiros presentes. O Presidente informou sobre negociação junto ao Ministério Público (MP), devido a uma construtora que não observou a legislação local e teve seu processo interferido pelo SEMAM e que fato este, provavelmente ocorrerá um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com valor em torno de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) revertido ao FMPRMA. O Sr. Ademar perguntou o que não foi cumprido e não entende como foi dada a licença e permissão para construir sem atender a legislação. O Presidente respondeu que a Secretaria de Obras e Edificações e quem dá autorização de desmanche e de construção. E que na SEMAM há a necessidade de se protocolar o Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS). No entanto foi constatado pela Polícia Civil que local informado para descarte do PGRS não era condizente. Fato este onde foi aberto pela promotoria um Inquérito Civil. Sr. João Cirilo explicou que a Polícia Civil está efetuando na Baixada Santista várias ações e que uma destas foi a da mencionada construtora. O MP solicitou SEMAM que fosse efetuada um levantamento da situação e desse uma valoração de crime ambiental. A SEMAM o fez sendo estes entre R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) à 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Disse o MP irá chamar a construtora. Participou que a promotoria solicitou que o recurso seja destinado ao FMPRMA para auxiliar a fiscalização da SEMAM. A Sra. Luciana perguntou se aproxima pautar da reunião pode ser sobre o ICLEI. O Sr. Fernando explicou que já está regularizado e que estão ligados a este a partir de dezembro de 2024. Informou que o valor para esse ano, proporcional ao mês que foi criado, foi de R\$ 889,20 (oitocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos). Disse que para 2025, há o aguardo da deliberação do ICLEI, que fixam o valor em janeiro ao preço do dólar. Comentou que consegue levar o valor ao conselho em fevereiro e que possuem até março para renovação. A Sra. Luciana sugeriu, e pediu para constar em ata, para que fosse pautado que um representante do ICLEI venha e mostre as possibilidades que esse Instituto faz no município tanto para o COMDEMA quanto para o FMPRMA. Disse que participou durante um tempo do ICLEI e que a estratégia deste para município é espetacular, pois tem agilidade de adequar o município a legislação ambiental. O Sr. Marcus disse que existe conversa para que o ICLEI fazer apresentação online e a única solicitação é a possibilidade de não ser presencial, em tempo real, mas online. Disse para agendarem para fevereiro. A Sra. Luciana falou que é uma das melhores engrenagens para o município essa métrica que eles usam. A Sra. Marly disse que foram eles que determinaram que Santos seria a cidade modelo para a implantação da Agenda 21 na Eco-92. O Presidente informou que não haverá reunião em janeiro, mas alertou da importância da presença dos conselheiros na reunião de fevereiro, pois elegerão o presidente do COMDEMA biênio 2025/2026, elegerão representantes das Câmaras Técnicas no COMDEMA e também elegerão representantes do COMDEMA para o FMPRMA. **No item 3, assuntos gerais,** não houve assuntos gerais. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos, e a reunião foi encerrada. Eu, Glaucia Reis, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada pelos conselheiros, será assinada pelo Presidente.

MARCIO GONÇALVES PAULO
PRESIDENTE